

AS RELAÇÕES ENTRE A ECONOMIA NO ESCRAVISMO E A EDUCAÇÃO



<https://doi.org/10.22533/at.ed.3051125210110>

Data de aceite: 11/02/2025

José Albuquerque de Almeida

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo geral discutir as relações existentes entre a economia no período de escravidão no Brasil com a educação. A educação possibilita o desenvolvimento da reflexão na tomada de decisões, a descoberta e o cultivo de suas potencialidades enquanto ser humanos. Então o sentido de educar deve ser entendido em seu real significado, não somente como instrução, com repasse de informações, mas sobretudo na perspectiva de ensinar maior senso crítico, criando novas mentalidades, fomentando sempre maior aprendizado. A forma como desenvolveu a escravidão no Brasil repercute diretamente na evolução econômica do país, de modo que se relaciona também no âmbito educacional. Em relação aos aspectos metodológicos, trata-se de revisão de literatura, tem como proposta executar uma abordagem qualitativa. Os resultados demonstram escola tem papel fundamental na sociedade escola sendo uma organização que mais influencia o comportamento humano no processo de socialização, sendo o professor um importante agente transformador que deve levar em conta as necessidades da comunidade escolar em que está inserido, sendo uma fonte de conhecimentos e informações para todos

que buscam uma melhoria na qualidade de vida e aperfeiçoamento como indivíduo e ser humano consciente.

PALAVRAS-CHAVE: Economia brasileira. Escravidão. Educação.

THE RELATIONSHIP BETWEEN THE ECONOMY IN SLAVERY AND EDUCATION

ABSTRACT: This article aims to discuss the relationship between the economy in the period of slavery in Brazil and education. Education enables the development of reflection in decision-making, the discovery and cultivation of their potential as human beings. So the meaning of educating must be understood in its real meaning, not only as instruction, with information transfer, but above all from the perspective of giving rise to a greater critical sense, creating new mentalities, always fostering greater learning. The way in which slavery developed in Brazil has a direct impact on the country's economic evolution, in such a way that it is also related in the educational sphere. In relation to the methodological aspects, this is a literature review, with the proposal to carry out a qualitative approach. The results show that school has a fundamental role in society. School is an organization that most influences human behavior in the socialization process, with the teacher being an important

transformative agent who must take into account the needs of the school community in which he is inserted, being a source of knowledge and information for all who seek an improvement in the quality of life and improvement as an individual and a conscious human being.

KEYWORDS: Brazilian economy. Slavery. Education.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo demonstrar a importância da discussão da temática diversidade cultural e pluralidade étnica no que diz respeito a história da escravidão no Brasil no contexto econômico, para que assim se reflita e questione melhores práticas no cotidiano escolar, pois o debate de temas sociais vão além de transmissibilidade conteudística, mas sobretudo propõe-se o enfraquecimento de discursos racistas, discriminatórios e colonizadores para o fortalecimento da democracia com a formação das identidades das novas gerações.

A ampliação do horizonte permeado na diversidade étnica, histórica, cultural, social e econômica em nosso país, reparando as exclusões sociais e culturais ocorridas em nosso percurso histórico pretende revisitar os encontros e desencontros culturais. Contudo pode-se visualizar grande lacuna nos livros didáticos, sendo ausente a abordagem antropológica da população negra por inúmeros motivos, sendo a introdução da história e cultura afro-brasileira depende da aproximação e conhecimentos da cultura africana com uma compreensão mais aprofundada dos processos históricos,

Dessa forma, deve-se ter novos olhares a fim de se desconstituir os danos provocados há séculos por estas etnias que foram marginalizadas culturalmente e agora tem a chance de serem promovidas através da atuação de diretores, coordenadores escolares, professores, e demais profissionais envolvidos com criação de currículos e projetos pedagógica a fim de valorizar a pluralidade existente no contexto no qual estamos inseridos, promovendo a mudança de concepção, e vir atender uma questão de justiça social que também passa pela política.

Assim, tem-se como justificativa da escolha do presente tema por possibilitar um fortalecimento do movimento negro no Brasil com essa ampliação de debate afirmativo sobre suas respectivas histórias e culturas, dando continuidade na busca dos direitos a esses povos que ainda hoje são alvos de preconceito e discriminação em vários sentidos.

Sendo assim, a presente discussão tem como contributo a descolonização do currículo escolar e enaltece o dever de se evidenciar as distintas etnias indígenas existentes no Brasil que muito contribuíram para o processo histórico cultural e serve de ferramenta para o combate ao preconceito e o racismo no espaço escolar, buscando-se constituir uma nova maneira de pensar a História considerando os valores das matrizes étnicas civilizadoras.

O presente artigo tem como objetivo geral discutir as relações existentes entre a economia no período de escravidão no Brasil com a educação. E tem como objetivos específicos compreender como se deu a escravidão principalmete no período Colonial Brasileiro; Demonstrar a importância da educação para todos; Relacionar o trabalho escravo com a expansão na economia brasileira.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Escravidão e economia no Brasil

Os processos de resistência institucional e a herança eurocêntrica presente nos projetos pedagógicos dos cursos são grandes desafios para as unidades escolares e para as mudanças sociais. Desde modo, importante obter conhecimento correto acerca dos processos históricos construídos, que através da literatura nem sempre condizem com a realidade prática.

Sobre o histórico da escravidão no Brasil, é importante inicialmente enaltecer as relações entre o tráfico negreiro transatlântico para o Brasil, salientado que o tráfico de pessoas remonta do período da Idade Média, com as grandes navegações, iniciando devido a guerras e disputas de territórios, passando pela prática do tráfico de escravos negros para depois despontar com o tráfico de mulheres para finalidades sexuais.

A origem escravocrata e colonialista do Brasil favoreceu a perpetuação do tráfico de pessoas que juntamente com a política de imigração facilitou ações ilegais com entradas e saídas de pessoas no país. Importante lembrar que o Brasil foi o último país a abolir a escravidão na América, em 1888, o que permitiu a difusão do tráfico, mesmo que na grande maioria fosse negreiro, por muito tempo

Com o Tratado de Paris, firmado entre a Inglaterra e a França, tratou-se especificamente do tráfico de pessoas negras, uma vez que, àquela época, imperava o comércio para a escravidão negra e durante 71 anos, o foco das convenções internacionais firmadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) foi apenas direcionado ao tráfico de escravos de pessoas negras (LOPES, 2017).

No que se refere à prática do trabalho escravo no Brasil, acentua-se que a existência dos engenhos na época colonial, satisfazia a economia do país, no qual utilizava-se da mão de obra escrava para exploração de suas riquezas. As grandes propriedades, territórios de latifundiários serviam para fornecer a metrópole seus recursos naturais, tais como a cana-de-açúcar, além de metais preciosos.

Com a substituição da cana-de-açúcar pelo pau-brasil houve tentativa de escravização da mão-de-obra indígena. Importante ressaltar que mesmo com os portugueses apropriando-se indistintamente das terras descobertas e utilizando da mão-de-obra indígena para satisfazer seus próprios interesses, a resistência indígena permanecia diante dessa submissão e a tentativa de aculturar-lhes não foi de todo vencida como se extrai em alguns escritos, mas a identidade étnica ainda persiste viva se integrando até os dias atuais em nossa sociedade, mesmo que em número reduzido.

Sobre o tema, discorre Albuquerque; Filho (2006):

O monopólio do pau-brasil, iniciado logo após o descobrimento, teve, aproximadamente, a duração de três séculos, mas foi perdendo sua importância à medida que outras atividades despertaram o interesse da Coroa. Os colonos portugueses recorreram à exploração do trabalho dos povos indígenas que habitavam a costa brasileira. A escravidão foi um tipo de trabalho forçado também imposto às populações nativas. O índio escravizado era chamado de “negro da terra”, distinguindo-o assim do “negro da guiné”, como era identificado o escravo africano nos séculos XVI e XVII. Com o aumento da demanda por trabalho no corte do pau-brasil e depois nos engenhos, os colonizadores passaram a organizar expedições com o objetivo de capturar índios que habitavam em locais mais distantes da costa. Através das chamadas “guerras justas” comunidades indígenas que resistiram à conversão ao catolicismo foram submetidas à escravidão (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p. 40).

Os processos de resistência ante o sistema escravista e a formação e a transformação das identidades culturais dos escravos devem ser identificados a fim de melhor assimilados para a construção atual da identidade de todos os povos.

Assim, a comercialização de escravos no Brasil tornou-se um negócio rentável e bastante lucrativo visto que servia de mão de obra para as lavouras de cana-de-açúcar, de tabaco e de algodão e para os engenhos.

Todavia, em meio a utilização dessa mão de obra escrava africana, estes também resistiram e se rebelaram em diversos momentos como pode se destacar as fugas coletivas, ou individuais, as revoltas contra feitores e seus senhores (que poderia ou não ter o assassinato desses), a recusa em trabalhar, a execução do trabalho de maneira inadequada, criação de quilombos e mocambos etc.

Nesse aspecto, importante observar os dizeres de Faria (1988):

Dentro das análises que produzem a desmistificação do escravo-objeto ou escravo-coisa, encontra-se uma interpretação das ações e atitudes dos escravos que os colocam, muitas vezes, como dirigentes, por excelência, de suas ações, o que não deixa de ser perigoso. Antes de tudo, é preciso notar que, mesmo sendo possível a construção de uma identidade entre escravos, e que, dentro do cativeiro, foi viável (re)criar sistemas culturais de nítida filiações africanas, o resultado dos ganhos adquiridos não era acessível a todos. (FARIA, 1998. p.154).

Nessa toada, a fim de possibilitar a reprodução da sociedade escravista brasileira no tempo, fundada na introdução incessante de estrangeiros, era primordial a criação de mecanismos de segurança para a continuidade da utilização da mão de obra escrava em trabalhos domésticos e urbanos.

A título de ilustração acerca das manifestações de resistência dos negros, pode se destacar a criação do Quilombo dos que chegou a contar com 20 mil habitantes e resistiu durante décadas, corroborando assim o entendimento de que nem sempre as políticas de dominação funcionavam.

No que se refere ao sistema plantation, este foi difundido para fins de exploração colonial entre os séculos XV e XIX principalmente nas colônias europeias da América, tanto a portuguesa quanto em alguns locais das colônias espanholas e também nas colônias inglesas britânicas. Ele consiste em quatro características principais: grandes latifúndios, monocultura, trabalho escravo e exportação para a metrópole. O plantation criava ainda uma estrutura social de dominação centrada na figura do proprietário do latifúndio, o senhor, que controlava a vida das pessoas que estavam sob sua alçada que por sua vez utilizava mão de obra escrava.

Penna (2005, p. 8) assinala que na área urbana o trabalhador escravo pode ser usado pelo seu dono de três formas distintas: “o escravo trabalhava junto com o patrão, ou era alugado ou trabalhava por conta própria e levava periodicamente uma quantia a seu proprietário, o que se convencionou chamar de sistema de ganho”. O escravo de ganho foi uma das relações de trabalho que existiu durante a escravidão, e possivelmente esse sistema tenha sido utilizado em todo o país.

O fim do tráfico negreiro e a mão de obra indígena tinham uma correlação para os homens do século XIX ainda não bem compreendida pelos historiadores. Essa dificuldade persiste por ser muito comum a ideia de que a chegada de escravos africanos pressupunha o fim da importância do trabalho indígena.

Observando a legislação brasileira durante o Império é fornecido um panorama dos passos que foram dados até que a escravidão fosse definitivamente abolida em 1888, com a edição da Lei Áurea. Ademais, antes dessa lei foram editadas a Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, que proibia o tráfico de escravos, a Lei do Ventre-Livre, de 1871, que libertava, com algumas ressalvas, as crianças nascidas de pais escravos a partir daquela data e também a Lei Saraiva-Cotegipe, conhecida como Lei dos Sexagenários, de 1885, que garantia liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade.

O regime escravocrata desempenhou importante influência sobre a estrutura social do Brasil, onde a escravidão durou cerca de 300 anos e foi abolida através da Lei Áurea em 1888, mas ainda hoje persiste o que é reconhecido como escravidão moderna.

A exclusão e a carência de meios materiais expunham esses grupos ao risco da reescravização em plenos primeiros anos da República, de forma que, embora livres, encontravam-se em situação de risco social extremo, conforme consigna Antônio Sérgio Alfredo Guimarães:

Nas relações de trabalho e no emprego da mão de obra, a aspiração republicana não vai mais além da disseminação do trabalho livre, que a Abolição instituiria; a aspiração a liberdade vê-se mesmo ameaçada por várias outras formas de trabalho servil, semisservil, e pelos inúmeros constrangimentos legais, econômicos, políticos, sociais e culturais ao exercício livre da força de trabalho, principalmente no campo. A começar pela ausência de um mercado nacional de trabalho. Aqui, ao contrário, a República representa, para a massa de homens recém-libertos, o perigo da reescravização, dada a ideologia das camadas sociais que chegam ao poder, ou, se não reescravização, ao menos abandono e exclusão social. (GUIMARÃES, 2011, pp. 30-31)

A idéia de que a escravidão no Brasil era em geral mais benigna do que em outras partes do Novo Mundo remonta pelo menos ao século XVII, há menções em escrituras de que os portugueses ofereciam um tratamento brando de escravos. Conforme pode-se extrair de livros de viagem, publicado na França em 1830:

No estado atual das coisas, devemos, para ser justos, fazer concessões aos partidários da escravidão. O negro que cai nas mãos de um senhor bom e sinceramente cristão é, devemos confessá-lo, mais feliz do que a maioria dos camponeses de certas províncias da França; trabalha muito menos; não tem as mesmas inquietações; a fome e a miséria não o ameaçam constantemente; vivendo num clima quente, tem poucas necessidades, e aquilo de que carece o senhor lhe dá (...).” (Saint-Hilaire, 1975[1830]:54).

Nabuco, 2001[1900]:183-184). E escreveu ainda, poeticamente (num trecho recentemente musicado por Caetano Veloso):

[A escravidão] espalhou por nossas vastas solidões uma grande suavidade; [] ela povoou [o País] como se fosse uma religião natural e viva, com seus mitos, suas lendas, seus encantamentos; insuflou- lhe sua alma infantil, suas tristezas sem pesar, suas lágrimas sem amargor, seu silêncio sem concentração, suas alegrias sem causa, sua felicidade sem dia seguinte. É ela o suspiro indefinível que exalam ao luar as nossas noites do Norte. Quanto a mim, absorvi-a no leite preto que me amamentou; ela envolveu-me como uma carícia muda toda a minha infância; aspirei-a da dedicação de velhos servidores que me reputavam o herdeiro presuntivo do pequeno domínio de que faziam parte...

Para que o meio seja influenciador das atitudes humanas, deve haver plena identificação com as categorias sociais, seja em relação à etnia, classe social, religião, movimentos culturais, etc., pois a partir dessa contextualização, ou seja, na participação ativa em organizações sociais, o jovem como ator estratégico pode desenvolver a consciência do seu papel de cidadão, daí a relação de importância do fomento em ações baseadas em políticas públicas preventivas a favor dos jovens para apoiar o ativismo político para melhor absorção do entendimento sobre questões sociais e instituições políticas.

Em favor desse processo contínuo de aprendizado, os agentes socializadores: família, escola, igreja e no contexto mais atual as mídias tradicionais e internet todos podem ser mecanismos de transmissão de valores, salientando que os indivíduos e as instituições não podem ser considerados isoladamente devido a importância da integração visando a formação de indivíduos ativos politicamente.

História da Educação

Sabe-se que a Educação tem por objetivo preparar o indivíduo, qualificando-o para desenvolver seu papel na sociedade, onde ele possa criar propostas como cidadão capaz de articular teorias e colocá-las em prática no seu convívio social de maneira ordenada.

Partindo desse pressuposto, Durkheim (1967, p.96) afirma que para que haja uma definição de educação, é necessário, haver a consideração dos sistemas educativos que atualmente existem ou que já tenham existido e, posteriormente, fazera comparação e aprender deles os caracteres comuns. O agrupamento desses caracteres comuns é que irão constituir de fato a definição do que se procura sobre aeducação.

Em consonância com o que diz Durkheim (1967, p.97), em seu livro “Educação e Sociologia”, observa-se que o processo de educação tem acontecido desde a colonização da América em que a igualdade não é, e nunca foi semelhante em seus aspectos sociais e culturais.

De acordo com Rosin (2009, p. 79) a educação se dá como uma sequência da aprendizagem, sendo que se inicia fase por fase, da infância à adolescência, de adulta a velhice, ou seja, série por série, da alfabetização ao ensino fundamental, do ensino médio ao superior. Atualmente ainda observa-se que a Educação varia com as classes sociais e com as regiões. A da cidade não é a do campo, a do burguês não é a do operário.

Mas, moralmente verifica-se que esse processo não é justificável, pois enxerga-se nele um defeito oriundo de outros períodos, destinado a desaparecer, mas é óbvio que a educação das crianças não se fez do aqui ou acolá destes pais ou daqueles ou da hereditariedade da qual ela procede, mas, de diversas e distintas sociedades que surgiram posteriormente.

Compreende-se então que a educação deve ter uma perspectiva diferenciada em cada fase, se na etapa da alfabetização, a educação busca a palavra geradora, na pós alfabetização, busca e investiga o tema gerador. Sob essa ótica a concepção originária da educação de simples instrução deve dar espaço a uma educação conscientizadora e libertadora e a ferramenta de registros e documentação possibilitam a análise dos dados gerados oferecendo subsídios para melhor incrementos tanto na fase da educação infantil como nas próximas fases.

Nas palavras de Durkheim, (1967, p. 98) “se a educação for desligada das causas históricas ela se tornará apenas exercício de vontade de avanço do sujeito no qual é incompreensível”.

Mediante tal colocação, constata-se que o indivíduo só poderá agir à medida que aprende a conhecer a conjuntura no qual está inserido. Ou seja, descobrindo habilidades por meio de estudos que a escola possibilitará a ele, sabendo, quais são suas origens e as condições de que depende.

Medeiros (1985, p. 79) comenta e relata que o Brasil há muito vem se caracterizando no cenário mundial como um país com graves problemas educacionais. A educação no Brasil, ao longo da história, tem sido marcada por uma série de reformas que quase nada tem contribuído, para retirá-la da situação crítica em que se encontra como: persistência do analfabetismo, índices alarmantes de evasão e repetência.

Diante do exposto, percebe-se que o rendimento escolar dos alunos das escolas públicas tem sido motivo de constante preocupação para diversas pessoas, órgãos governamentais e administradores escolares que por meio de diferentes formas têm se interessado pelo problema, na tentativa de conhecer melhor as várias questões envolvidas sobre os fatores determinantes do rendimento escolar no Brasil.

Conforme essa definição, a educação consiste numa socialização metódica da criança, na transformação de um ser individual, egoísta e a - social, num ser social e quanto mais eficiente for o processo, melhor será o desenvolvimento da criança ao meio que esteja inserido.

Medeiros (1985, p. 98) enfatiza que nas últimas décadas a crise educacional tem se expandido, pelo profundo estado de atraso a que foi sendo reduzido o sistema educacional, caracterizado, sobretudo, pelos altos índices de exclusão social. Apesar do esforço que alguns gestores da educação pública vêm fazendo, ainda não foi possível universalizar o ensino fundamental e a educação infantil e ainda representa um grande desafio a ser vencido na medida em que os recursos são carregados para o ensino fundamental que é a prioridade do governo central.

Outra questão que não pode ser desprezada nessa análise, refere-se à barba diminuição dos gastos com as políticas sociais, alijando grande parte da população dos direitos sociais: Educação, lazer, saúde, trabalho, previdência social, amparo à maternidade, e à infância, subsídio aos desamparados, instituídas na Constituição Federal de 1988.

Por outro lado, os avanços da globalização e das conquistas tecnológicas, contribuem com o agravamento da crise ao provocarem a ampliação das disparidades sociais: desemprego, subemprego, trabalho infantil, ociosidade compulsória. É cada vez maior o número de pessoas excluídas de um mínimo de qualidade de vida, tão decantada nos discursos oficiais.

Logo, certifica-se que a educação precisa inicialmente da sua oferta, na qual institui um conjunto de colaboração entre os campos do poder público estadual e poder municipal para que sejam então, poupados os direitos da criança e do adolescente e o direito do trabalhador.

A escola não é e nem deve ser o único, mas, sem sombras de dúvidas, é um dos espaços mais importantes para o desenvolvimento sociocultural da espécie humana na contemporaneidade. Marcada pelo pluralismo, diversos foram os desafios já enfrentados por esta instituição que há séculos faz parte do cotidiano das mais diversas sociedades pelo mundo a fora e assim preservar o ambiente.

A atual LDB criada pelo então presidente da república Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro da educação Paulo Renato, é responsável pela regulamentação do sistema educacional público ou privado do Brasil, desde à educação básica ao ensino superior e reafirma preceitos educacionais previstos na Constituição de universalização da educação (BRASIL, LDB, 1996).

O acréscimo de permanência ou duração de 9 (nove) anos para Ensino Fundamental, com a matrícula imprescindível a partir dos 6 (seis) anos de idade, é uma meta desejada para a política educacional em âmbito nacional, já existe há muitos anos, entretanto, ainda há muito o que se planejar e estudar afim de que, com esta medida, possa haver melhorias e, desse modo, garantir realmente as condições de igualdade e, também, de qualidade da Educação Básica (BRASIL, 1996).

A legislação educacional brasileira, especialmente a partir da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, já sinalizava para um ensino que fosse obrigatório considerando para isso, os nove anos de duração, tendo início aos seis anos de idade, tornando-se dessa maneira, uma finalidade da educação nacional através da Lei nº 10.172/2001. Esta lei promoveu a aprovação do Plano Nacional de Educação. Assim, percebe-se a importância desta Lei a partir do que apresenta o Artigo 2º da LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), (BRASIL, 2006).

A Lei nº 9.394, expressa em seu Art. 2º que:

A educação em valores dá sentido e é o término da educação escolar já que, junto com obtenção de conhecimentos, incorporada à competências e a habilidades, se faz essencial a visão de valores fundamentais para a vida, as bases para uma educação que seja plena, que integre os cidadãos em uma sociedade considerada cada vez mais plural e democrática para todos (BRASIL, 1996).

Um dos critérios apresentados pela a pandemia do Covid-19, foi a paralisação de diversos meios, tanto de trabalho como meios de educação. Dados divulgados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) apontam que no Brasil, cerca de 4,8 milhões de crianças e adolescentes, na faixa de 9 a 17 anos não possuem acesso à internet nas suas residências. Contudo, percebe-se que durante a pandemia muito adolescentes e até mesmo crianças estão sem meios tecnológicos o que interfere diretamente nos estudos dos 3 aprendizes, tendo como consequências os atrasados nos conteúdos repassados por professores principalmente das instituições públicas.

Diante disso, no presente momento, tanto educandos como educadores ainda estão passando por dificuldades no que diz respeito ao ministrar das aulas, bem como o fato de ter diversos empecilhos que impossibilitam acesso facilitado ao público alvo, ou seja, os estudantes. Ademais, vale lembrar, mesmo que muitos tenham acesso à internet, existe o fato da conexão com o sinal da rede wifi falhar pois existem locais de moradias que o sinal não chega com uma boa qualidade. Professores comentam que esse seria um dos motivos de existirem alunos nas plataformas digitais, porém muitos não conseguem ouvir e nem participar das aulas com qualidade, o que acaba ocasionando a perda dos conteúdos e o atraso dos alunos em adquirir conhecimento.

Cultura e Educação

Em sede literária define-se a cultura de modo geral como “um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores. Este processo limita ou estimula a ação criativa do indivíduo” Laraia (1986, p. 45) Percebe-se então, que se trata o Homem como resultado do meio cultural em que está inserido, sendo ele parte de um processo acumulativo de conhecimento de gerações anteriores, que evoluíram com o passar dos anos.

De igual modo, assim como o Homem, a cultura também acompanha o regular processo de alterações sociais, modificando-se e adaptando às novas necessidades e avanços desejados pela coletividade, das quais brotaram diversas ramificações em seu modo de ser e se disseminar.

Cada realidade cultural tem sua lógica própria e essa só terá sentido se levar em conta as práticas, costumes e momento temporal em que estão inseridas. “Cada cultura é o resultado de uma história particular, e isso inclui também suas relações com outras culturas, as quais podem ter características bem diferentes.” Santos (2006, p. 12).

O amadurecimento cultural e político de uma sociedade, bem como sua percepção como fundamental na participação ativa nos espaços a ela reservados no âmbito da estrutura estatal faz-se necessário. Quando várias ideologias e pensamentos estão postos na sociedade, trata-se de uma forma de vivenciar as “culturas” presentes em um determinado espaço e período histórico, fomentando a democracia e legitimação de diferentes expressões culturais. Portanto uma educação voltada para o melhor entendimento e aprimoramento desses conceitos constitui um imenso desafio social

Nesse íterim, importante destacar a diversidade de grupos existentes no mundo, onde há traços que irão diferenciar os povos, miscigenando a cultura. Sobre a temática, discorre Canclini (1999):

A identidade é uma construção que se narra. Estabelecem-se acontecimentos fundadores, quase sempre relacionados à apropriação de um território por um povo ou à independência obtida através do enfrentamento dos estrangeiros. Vão se somando façanhas em que os habitantes defendem-se, ordenam seus conflitos e estabelecem os modos legítimos de convivência, a fim de se diferenciarem dos outros. (CANCLINI, 1999, pg. 163).

Nesse sentido a cultura muito influencia o aspecto economico de um país e interfere diretamente da educação, onde as pessoas poderão melhor se apropriarem do consumo do que vêem, escutam ou conseguem extrair no meio onde estão localizadas.

METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura, a qual é considerada método de pesquisa que possibilita a busca, a avaliação crítica e a síntese do estado do conhecimento sobre determinado assunto.

Para a construção do presente trabalho, foi utilizado artigos indexados no banco de dados dos sites Pubmed, Scielo, Google Acadêmico, Bireme e Lilacs. nas línguas portuguesa e inglesa, considerando o objetivo do estudo e o protocolo de revisão elaborado previamente.

Foram selecionados artigos ao tema. Os Critérios de exclusão artigos repetidos, artigos não acessíveis em texto completo, resenhas, anais de congresso, monografias, teses, editoriais, artigos que não abordaram diretamente o tema deste estudo e artigos publicados fora do período de análise. Foi elaborado um quadro para organização da análise dos artigos contendo os itens: autores, ano, título, tipo de estudo e objetivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demonstrou-se que sempre houve muitos desafios de socialização e participação das comunidades indígenas e africanas para manutenção do respeito a suas etnias, bem como a promoção de sua autonomia e como o trabalho escravo intensificou o processo econômico brasileiro.

Diante dos conhecimentos expostos, nota-se que enfoques na estrutura do sistema escravista até o estudo do comum e do banal, diferentes abordagens vêm sendo exploradas, todavia é notório que no Brasil, podemos observar que a escravidão assume caráter rural, onde a maioria dos escravos estavam ligados aos serviços agrícolas, e os movimentos abolicionistas, assim como o fim do tráfico internacional de escravos, tiveram maiores impacto em sua economia.

Reconhecendo que a dignidade da pessoa humana precisa ser o princípio basilar de toda ordem social e econômica a fim de garantir o equilíbrio das relações humanas, ao abolir a escravidão, o Brasil se posiciona internacionalmente como um país que se preocupa com a garantia dos direitos humanos e, conseqüentemente, com as condições de trabalho em seu território. Dessa forma, denota-se a importância de se incluir o estudo dessa temática no âmbito escolar, de forma a garantir o multipluralismo e a valorização da cultura étnica, evidenciando de forma realista os acontecimentos históricos ocorrido no país e enfatizando que a cultura é grande influenciadora da educação.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, W. R. de; FILHO, W. F. **Uma História do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. 320p

BRASIL. LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação, dos princípios e fins da Educação Nacional**. Lei 9394/96. 1996.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

DURKHEIM, Émile **Educação e sociologia**, trad. Lourenço Filho, Edições Melhoramentos, São Paulo, 4ª ed., 1967, pp. 25.56. Disponível em:<<https://bibliotecadafilo.files.wordpress.com/2013/10/durkheim-a-educac3a7c3a3o-como-processo-socializador.pdf>> Acesso em 20 de out 2021.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento**. Rio de Janeiro: nova fronteira, 1998.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (a liberdade é negra; a igualdade, branca e a fraternidade, mestiça)**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2011, n. 2, p. 17- 36.

LARAIA, Roque de Barros. **CULTURA: Um conceito antropológico**. 14 edição, Jorge Zahar Editor Rio de Janeiro. 2001.

LOPES, Amanda de Sousa. A Lei N° 13.344/2016 e Suas Principais Alterações ao Ordenamento Jurídico Brasileiro. In: SCAMPINI, Stella Fátima (Org.). **Tráfico de Pessoas – Coletânea de Artigos**. Brasília: Ministério Público Federal, 2017, p. 39-50.

MEDEIROS, L. et. al. **Supervisão educacional: possibilidades e limites**. São Paulo: Cortez, 1985. Disponível em:<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/401_567.pdf> Acesso em 20 de out 2021.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo** [1883]. Petrópolis: Vozes, 1988

PENNA, Clemente Gentil. **Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888)**. Dissertação de Mestrado em História, Florianópolis: UFSC, 2005.

ROSIN, S. M. Os incríveis anos da adolescência. Psicologia e educação: compartilhando saberes. Maringá: Eduem, 2009, pp. 91-110. Disponível em:<<http://www.ead.cesumar.br/moodle2009/lib/ead/arquivosApostilas/1244.pdf>> Acesso em 20 Out de 2021.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Santa Catarina** [1851]. Trad. R.R. Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 16 ed.2006.